

Uma Análise das Explicações Apresentadas pelas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA por não Divulgarem o Relatório de Sustentabilidade ou Similar

Suely Maria Silva Manzi

Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: sulamanzi@gmail.com

Maria Livânia Dantas de Vasconcelos

Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: mlivania@hotmail.com

Márcio Sampaio Pimentel

Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: marciospimentel@gmail.com

Linha Temática: Controladoria no Setor Privado

Resumo

Algumas entidades vêm lançando propostas com recomendações, diretrizes e orientações que reforçam e conduzem para o aumento das práticas de divulgação das ações socioambientais no meio organizacional, no intuito de influenciar e aumentar o nível de evidenciação e transparência nas relações das empresas com o meio ambiente. No Brasil, uma das ações voltadas a este delineamento é apresentada pela BM&FBovespa, através da iniciativa intitulada “Relate ou Explique”, que visa estimular as empresas a adotarem a prática da divulgação de suas informações associadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa. Neste contexto, este estudo buscou conhecer as justificativas apresentadas pelas empresas que não evidenciaram e não publicaram relatórios de sustentabilidade ou similar, entre os anos de 2012 a 2015, mas participam da iniciativa, desenvolvida pela BM&FBovespa, intitulada Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado. A metodologia utilizada foi à pesquisa documental acompanhada da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que os principais fatores que levam as companhias a não publicarem seus relatórios de sustentabilidade são: os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades dentre outros.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade; Evidenciação; Transparência.

1. Introdução

Ao relacionar os diversos aspectos que envolvem e delineiam as atividades empresariais, verifica-se, da forte ligação destas na promoção do desenvolvimento socioeconômico de determinado país. Reforça-se, no momento atual, que o crescimento econômico deve estar alinhado com o desenvolvimento sustentável. Todavia, torna-se perceptível, em algumas situações e operações empresariais a falta de sinergia entre produção, consumo e práticas socioambientais responsáveis.

No contexto histórico, as questões de ordem ambiental e social ganharam reforço em nível mundial quando um grupo formado por cientistas de todo o mundo, denominado “Clube de Roma”, com inquietações voltadas ao meio ambiente, divulgaram o relatório “Limites de Crescimento”, que alertava para o fato das empresas terem que começar a se preocuparem com os aspectos ecológicos, pois o mundo estava correndo o risco de ficar seriamente ameaçado (GONÇALVES; HELIODORO, 2005).

As considerações oriundas deste encontro apontam que o grande desafio recai sobre o entendimento de que não basta apenas reduzir o padrão de consumo da humanidade, para aliviar a pressão sobre os recursos naturais, mas também na busca pela promoção da harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental, o chamado tripé da sustentabilidade, ou *triple bottomline*, termo criado por John Elkington da consultoria inglesa SustainAbility. Esse tripé engloba todas as relações entre a sociedade, às organizações e seus interesses (BOVESPA, 2015).

Deste modo, numa busca por melhorias, algumas entidades vêm lançando propostas com recomendações, diretrizes e orientações com perspectivas voltadas ao incentivo das práticas socioambientais no meio organizacional. Este fato é constatado por Nossa (2002) ao afirmar que a necessidade de maior expansão do conhecimento na área ambiental, tem levado alguns organismos nacionais e internacionais a preocuparem-se com a emissão e regulamentação de procedimentos a serem adotados pelas empresas no campo contábil e nos relatórios ambientais.

Acredita-se, que já existe o consenso ante a necessidade das empresas atuarem de forma mais responsável e com respeito às questões sociais e ambientais. Consequentemente, diante da preocupação da sociedade com o meio ambiente, as organizações vêm sendo pressionadas a fornecer informações que auxiliem as partes interessadas a avaliarem seu relacionamento com o meio ambiente, deste modo, utilizando-se da evidenciação ambiental para prestar contas à sociedade e possibilitando aumentar a comunicação e reduzir a assimetria entre as organizações e suas partes interessadas, como: fornecedores, clientes, investidores, sociedade civil, governo, comunidade científica, entre outros (ROSA et al., 2011).

Portanto, sob estes aspectos, predomina a importância das empresas em evidenciar e tornar transparente a sua relação com o meio ambiente apresentando, deste modo, o relato das suas práticas socioambientais. Uma das ações voltadas a este delineamento no Brasil foi apresentada pela BM&FBovespa, através da iniciativa “Relate ou Explique” que tem por objetivo estimular as empresas a adotarem a prática da divulgação de suas informações relacionadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa. Contudo, quando as empresas não fizerem uso da publicação de tais informações, devem apresentar explicação, relatando por que não a fazem (BOVESPA, 2015).

Assim, buscando conhecer as justificativas apresentadas pelas empresas que não relatam e não evidenciam o relatório de sustentabilidade ou similar, mas que são participantes da iniciativa da lançada pela BM&FBovespa, intitulada Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, levantam-se os seguintes questionamentos para balizar este estudo: a) Quais as explicações apresentadas pelas companhias, quando não divulgam o relatório de sustentabilidade ou similar? b) Como se apresenta o quadro evolutivo das justificativas apresentadas pelas empresas, desde o primeiro ano de lançamento do relatório Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado até o ano de 2015?

O presente estudo justifica-se pela importância de aprofundar a compreensão e o conhecimento sobre as explicações prestadas pelas empresas, quanto à falta de relato e evidenciação sobre suas ações socioambientais e quais fatores impedem a divulgação de tais ações.

Este artigo está organizado em quatro seções, iniciando por esta introdução. Em seguida, apresenta-se uma revisão teórica, com abordagens voltadas à responsabilidade social e ambiental das empresas, a divulgação de informações socioambientais e a contextualização sobre a iniciativa “Relate ou Explique” lançada pela BM&FBOVESPA. Na sequência, discorre-se, sobre o método e os procedimentos metodológicos adotados neste estudo e para cumprir com objetivo proposto apresenta-se a análise acerca dos resultados obtidos na pesquisa, bem como a conclusão do trabalho.

2. Referencial Teórico

2.1. Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas

O tema Responsabilidade Social, começou a ser discutido com maior ênfase no Séc. XX e teve como marco inicial a publicação do livro *Social responsibilities of the businessman* de autoria de Howard Bowen, no ano de 1953, reconhecendo que as empresas, devido à sua dimensão e proliferação crescentes, haviam adquirido uma influência alargada na estruturação e desenvolvimento das sociedades e que este aumento de poder, deveria ser acompanhado por um aumento da responsabilidade, constituindo, portanto, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) na obrigação dos empresários em adotarem políticas e práticas adequadas aos objetivos e valores da sociedade (ALMEIDA, 2007).

Almeida, (2002, p. 135) cita em seu trabalho que a RSE é definida pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como:

O comprometimento permanente dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente melhorando a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

No entendimento de Passos (2004) pensar em responsabilidade social é pensar em ética. Pois, implica no compromisso com a humanidade, respeitando os direitos humanos, justiça, dignidade; e com o planeta, comportando-se de forma responsável e comprometida com a sustentabilidade da rede da vida, devendo se voltar para a promoção da cidadania e do bem-estar, tanto do público interno quanto do externo. As empresas precisam dispor seus conhecimentos, seus instrumentos de gestão e seus recursos econômicos a serviço de seus colaboradores, dos membros da sociedade e da defesa do meio ambiente.

O conceito de responsabilidade social e ambiental das empresas é relativamente novo no Brasil, comprova-se que nas últimas décadas vem se difundindo a ideia de que o papel público das empresas engloba mais do que a simples geração de empregos, produtos e contribuição para o crescimento econômico (LETTIERI, 2004), a relevância do tema e as discussões fundamentam-se sobre as práticas realizadas pelas empresas e pelas condições sociais e ambientais que vem despontando em sérios agravamentos para a sociedade e o nosso planeta.

Para Ribeiro e Martins (1993) o reconhecimento da responsabilidade social para com o meio ambiente foi uma das tarefas mais complexas e demoradas a ser assumida pelas empresas. Os autores destacam que esta resistência deveu-se, entre outros, aos seguintes fatores:

- Altos custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução e/ou eliminação de resíduos tóxicos, partindo do pressuposto que todo processo tecnológico em desenvolvimento, tem custos bastantes elevados, o que gerava um forte impacto no

fluxo de caixa das empresas e, numa visão superficial, sem proporcionar reflexos positivos, em termos de receitas;

- Inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes, compreendendo que a legislação sobre o assunto é relativamente recente e que as penalidades contidas nas mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, dado que era menos oneroso para a empresa arcar com os encargos de uma multa do que adquirir equipamentos antipoluentes;
- Os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda a sociedade;
- Os consumidores não relacionavam a atuação e o comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

Assim, os esforços da RSE caminham lado a lado com a gestão da qualidade nas empresas. Demandando a implantação de sistemas organizacionais e de produção que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades dos recursos humanos, as comunidades locais e que se inicie um novo ciclo, onde a cultura do descartável e do desperdício seja coisa do passado. Logo, as empresas devem buscar minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente pelas suas atividades (TINOCO; ROBLES, 2006).

Pontua-se, que um dos estágios importante neste contexto prevalece sobre a perspectiva informacional, pois permite que as empresas possam demonstrar, mensurar e avaliar os fatos sociais e ambientais vinculados a sua atividade. Contudo, para que isto se configure como prática real as empresas devem fazer uso de instrumentos e ferramentas que demonstrem e evidenciem de forma transparente as ações desenvolvidas e os compromissos sociais e ambientais assumidos pela organização para alcançar os objetivos e metas traçadas.

2.2. A Divulgação de Informações Socioambientais

A preocupação com o meio ambiente já é tema de debate desde o século XIX. Todavia, apenas em 1972, quando aconteceu a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, é que os países e a sociedade de uma forma geral acordaram para a questão ambiental a nível mundial (QUINTANA et al., 2014).

Em junho de 1992, durante a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, com a participação de 178 países, foi aprovado um documento chamado de Agenda 21. Ferreira (2009, p. 14) assinala que “a Agenda 21 trata da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas”. Assim, fica explicada a ligação da contabilidade, da esfera ambiental, com as empresas (QUINTANA et al., 2014).

O século XX foi marcado por um avanço científico e tecnológico sem precedentes na história da humanidade, porém, ao mesmo tempo, foi assinalado por terríveis acontecimentos que deixaram marcas profundas no meio ambiente (SPAREMBERGUER; SILVA, 2005). Com o passar dos tempos, os efeitos dessas agressões vieram à tona em forma de poluição do ar, contaminação dos solos e rios, dentre outros. Os desastres ambientais são os principais riscos que a sociedade moderna enfrenta, visto que podem afetar diretamente as atividades da empresa como também a natureza e a saúde humana (FERNANDES, 2013). Assim, a sociedade começou a solicitar das empresas maior responsabilidade ambiental.

A preocupação do inconsciente coletivo com a preservação ambiental tem se tornado matéria que merece atenção especial por parte da classe executiva. A disseminação de campanhas de conscientização e a disseminação de atitudes pró meio ambiente farão surgir um nicho de consumidores mais exigentes e atentos quanto às questões ambientais e ao comportamento das empresas nesse sentido (KRAEMER, 2001).

Atualmente, é grande a preocupação das empresas com relação ao meio ambiente, visto que suas imagens podem ser prejudicadas perante seus consumidores e perder valor no mercado, como também, ser penalizadas caso cometam alguma infração ambiental. (COSTA; MARION, 2007).

Apesar de não existir nenhuma norma ou lei específica que force as empresas a evidenciar informações ambientais em seus relatórios anuais, muitas delas o fazem voluntariamente (MURCIA et al., 2010). Porém, a divulgação dessas informações pode acarretar resultados opostos. De um lado, a divulgação dessas informações leva a custos suplementares e, às vezes, por essas informações tornarem-se públicas podem ser utilizadas pelos concorrentes (SOLOMON; SOLOMON, 2006). Por outro lado, a divulgação dessas informações pode proporcionar benefícios à empresa, ou seja, “a criação de uma imagem ambientalmente correta, atração de investidores socialmente responsáveis [...]” (MURCIA et al., 2010).

Acredita-se que, com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), as informações ambientais sejam divulgadas com mais clareza e precisão pelas empresas brasileiras, em razão de que a omissão da divulgação ambiental acarreta desvantagem competitiva (MIRANDA; MALAQUIAS, 2013).

Destarte, almeja-se que as empresas incrementem o nível de divulgação visando assegurar a sua confiabilidade e, portanto, a captação de investidores (FERNANDES, 2013).

Observa-se que, a partir da década de 90, o olhar dos empresários se voltou de maneira crescente para os investimentos nas questões ambientais, impulsionando a aplicação do *disclosure* ambiental voluntário nos relatórios financeiros e nas homepage, como também pela divulgação no *Global Reporting Initiative* (GRI) e no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ambos relatórios ambientais específicos (NOSSA, 2002).

Nesse mesmo raciocínio, algumas empresas nacionais estão seguindo as indicações das agências especializadas em relatórios de sustentabilidade, visando ampliar a credibilidade da transparência das informações ambientais (MUSSOI; BELLEN, 2010), como as diretrizes da GRI.

A divulgação de informações ambientais tornou-se um tema de grande importância e que, ao longo da década de 1990 tem-se configurado como uma das maiores manifestações da interação das empresas com o meio ambiente, vindo a ser considerada como um fenômeno notável, tendo em vista que permaneceu, de forma geral, como uma atividade voluntária (ROVER et al., 2012, p. 218 apud GRAY; BEBBINGTON, 2001).

As empresas divulgam informações visando prover a necessidade dos mais diversos tipos de usuários, e podem fazê-la de forma obrigatória ou voluntária. A divulgação obrigatória é aquela advinda de regulação, feita de forma impositiva, enquanto que a divulgação voluntária são informações adicionais, disponibilizadas conforme a vontade e decisão das empresas, não estando, deste modo, no rol das divulgações obrigatórias (MORAES; GONÇALVES; NIYAMA, 2015).

De acordo com Rover et al (2012) não existe uma teoria predominante para explicar a evidenciação das empresas, mas várias teorias que se complementam, entre as mais utilizadas, destacam-se: a teoria positiva da contabilidade, a teoria da agência, a teoria da divulgação e as teorias baseadas na economia política, como a teoria dos *stakeholderse* a teoria da legitimidade.

Como um dos meios de divulgação cita-se o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, que não são obrigatórios para as organizações, no entanto a publicação destes relatórios vem crescendo, todavia, podem ser observados vários problemas nos relatórios divulgados como: abrangência limitada, falta de evidenciação de externalidades negativas, dificuldades de comparabilidade entre os relatórios e entre o desempenho com outras empresas. Estes fatos tendem a prejudicar a capacidade destes relatórios em gerar informações úteis, outro fato é o pouco uso de indicadores quantitativos para medir e demonstrar o desempenho socioambiental destas companhias (AMARAL, 2003).

Somando-se esforços para minimizar estes problemas de aspectos negativos, algumas instituições e organizações, nacionais e internacionais, lançaram recomendações, propostas e/ou modelos específicos que servem para orientar as empresas no processo de evidenciação das informações socioambientais, tais como:

- O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que publicou a Resolução CFC nº 1.003/04 aprovando a NBC T 15 que dispõem sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2006 (CFC, 2004);
- O Modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI) que se materializa como uma importante ferramenta, oferecendo informações abrangentes, não orientadas para o gerenciamento da imagem corporativa, e, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece as bases para uma maior comparabilidade das informações. A GRI representa um grande esforço para a harmonização das informações, o que traz maior valor ao relatório (CARVALHO; SIQUEIRA, 2007);
- Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis apresentado como uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da RSE em suas estratégias de negócio, de modo que este venha a ser sustentável e responsável (ETHOS, 2015).

Segundo Rosa et al. (2011) a evidenciação ambiental é constituída pelo conjunto de meios utilizados pelas empresas para divulgar suas ações e decisões, no intuito de demonstrar o que e como está procedendo com relação ao meio ambiente e à sociedade. Deste modo, um modelo de gestão necessita ser individualizado e sistêmico, para possibilitar o conhecimento *a priori* das informações a serem prestadas para as partes interessadas. Conclui, portanto, que é uma atividade complexa e que envolve interesses conflitantes, isto faz com que a gestão empresarial deva ser alicerçada no reconhecimento do diálogo e na aprendizagem dos atores envolvidos (ROSA et al., 2011).

Tendo em vista os avanços alcançados nos últimos anos, no que se refere às orientações e definições de parâmetros a serem adotados e seguidos para se estabelecer padrões mínimos de qualidade na elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou similar, foi BM&FBOVESPA lançando em 2011 a iniciativa “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, que visa estimular as empresas listadas na bolsa a evidenciarem suas informações socioambientais.

2.3. O Relatório “Relate ou Explique”

O Relatório intitulado “Relate ou Explique” foi criado no final do ano de 2011 e apresentado pela BM&FBOVESPA durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio+20, que aconteceu na cidade do rio de Janeiro em 2012.

O referido relatório foi apresentado como uma iniciativa que busca estimular as empresas listadas na bolsa a reportar para todos os *stakeholders*, especialmente aos investidores e analistas, informações relacionadas ao *disclosure* das companhias de forma geral, dando transparência ao mercado. É uma recomendação lançada em parceria com a GRI, que tem como objetivo facilitar o acesso do mercado, especialmente investidores e analistas, a informações não financeiras, que cada vez mais impactam na decisão de investimento. Neste caso o “Relate ou Explique” procura estimular as empresas, cada vez mais, a adotarem a prática da divulgação de suas informações relacionadas às dimensões social, ambiental e de governança corporativa, quando as empresas não fizerem uso da publicação de tais informações, devem apresentar explicação, relatando por que não fazem a publicação recomendada (BOVESPA, 2015).

Segundo a Bovespa (2015) para participar, as empresas precisarão informar no item 7.8 do Formulário de Referência, até 31 de maio de cada ano, se publicam um relatório de sustentabilidade ou integrado. Em caso positivo, devem indicar o website em que pode ser acessado. Em caso negativo, explicar por que não o fazem.

No Ciclo de 2014 o “Relate ou Explique” apresentou uma novidade, que foi descrito como um processo de evolução e alinhamento ao movimento internacional de integração de informações financeiras e não financeiras nos relatórios anuais corporativos, passando a chamar-se “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” (o nome anterior era “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Similar”).

De acordo com a Bovespa (2015) o tema em análise segue presente na agenda das companhias listadas na bolsa, e que estas continuam depreendendo esforços para publicarem informações sociais, ambientais e de governança corporativa. Conforme pode ser observado na tabela 1, percebe-se o crescimento no número de companhias que vem aderindo ao relatório “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” e que ao longo dos quatro anos vem publicando Relatório de Sustentabilidade ou similar.

Tabela 1 – Demonstrativo anual do comportamento das empresas em relação ao “Relate ou Explique”

Descrição	2012*	2013*	2014*	2015*
Empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar	96	157	162	160
Empresas que não publicaram, mas explicaram por que não o fazem	107	136	149	151
Empresas que não se manifestaram	245	149	126	123
Total	448	442	437	434

Fonte: Adaptado de BOVESPA, 2015.

*Ano de publicação do relatório, as informações contidas nos relatórios tem como base o ano anterior.

Verifica-se, que a iniciativa proposta pela BM&FBOVESPA “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado” é mais uma forma de somar esforços junto a outros organismos sociais, buscando orientar as companhias sobre a importância do gerenciamento inteirado com as questões sociais e ambientais e com respaldo no princípio da transparência.

3. Aspectos Metodológicos

3.1. Métodos e Técnicas

O presente estudo caracteriza-se quanto aos objetivos como uma pesquisa exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos técnicos assume o delineamento de pesquisa documental e faz uso da análise de conteúdo para estudar e analisar as explicações contidas nos relatórios divulgados pela BM&FBOVESPA, que apresentam os resultados da iniciativa Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, entre os anos de 2012 a 2015. Quanto à abordagem do problema, ela é predominantemente qualitativa, pois segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 61), “é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos”.

De acordo com Gil (2008) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Portanto, sendo realizada quando o tema escolhido é pouco explorado e o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Para Michel (2005) a pesquisa descritiva tem como propósito analisar com maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, busca observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências, procurando conhecer e comparar as várias situações que envolvem o comportamento humano, individual ou em grupos sociais ou organizacionais, nos seus aspectos social, econômico e cultural. Cervo e Bervian (1996, p. 49) corroboram afirmando que ela “procura descobrir, com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

A investigação documental centra-se em dados e/ou informações obtidas de órgãos públicos ou privados que foram registrados e divulgados em determinado período de tempo e que não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008). Assim, a principal fonte de informações para compor este estudo foram os relatórios publicados pela BM&FBOVESPA, em seu sítio eletrônico, no período entre 2012 e 2015. Estes relatórios têm por finalidade apresentar a adesão das empresas listadas na Bovespa quanto à publicação ou não do Relatório de Sustentabilidade ou similar. Nestes documentos, através das respostas contidas, é possível identificar e classificar as empresas em três conjuntos, sendo: i) as empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar; ii) as empresas que não publicaram Relatório de Sustentabilidade ou similar, mas apresentaram explicações sobre os motivos de não fazerem o relato de suas ações socioambientais; iii) as empresas que não se manifestam.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados utilizada para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática, podendo ser aplicada tanto em estudos quantitativos como em qualitativos. Busca inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais (MARTINS; THEÓPHILO, 2007, p. 95). Logo, as contribuições e levantamentos poderão ser apreciados na seção de apresentação e análise de resultados.

3.2. Empresas Pesquisadas

Com base no universo das empresas listadas pela BM&FBOVESPA e participantes da iniciativa Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado, este estudo teve como foco de análise apenas as empresas que apresentaram algum tipo de explicação por não terem feito relato e divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou similar, em pelo menos um dos anos do período compreendido entre 2012 a 2015.

Assim, este estudo compreendeu a análise das explicações de 107 (cento e sete) companhias no ano de 2012, 136 (cento e trinta e seis) em 2013, 149 (cento e quarenta e nove) em 2014 e 151 (cento e cinquenta e um) em 2015. Ao final dos quatro anos foram analisadas 543 (quinhentas e quarenta e três) explicações das empresas que se manifestaram via Formulário de Referência e que foram apresentadas através de relatório específico pela BM&FBOVESPA em seu website.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

No intuito de responder ao primeiro questionamento desta pesquisa que busca conhecer: quais as explicações apresentadas pelas companhias, quando não divulgam o relatório de sustentabilidade ou similar? Elaborou-se a tabela 2, que contém os motivos apontados pelas companhias por não divulgarem relatórios de sustentabilidade ou similar, entre o período de 2012 a 2015.

Tabela 2 – Esclarecimentos utilizados pelas empresas para explicar a não divulgação de relatórios de sustentabilidade ou similar no quadriênio 2012-2015.

Tipo de explicação apresentadas pelas empresas	Número de Empresas que fizeram uso da explicação									
	2012		2013		2014		2015		Média	
	N	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Informa que: não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade	30	28%	50	37%	60	40%	60	40%	50	36%
Está em processo de avaliação das políticas internas/ de estruturação/ ou realizando estudos para emitir o relatório	29	27%	30	22%	29	19%	28	19%	29	22%
Devido à atividade desempenhada não é necessário/ não gera impacto/ não há exigência legal	7	7%	12	9%	15	10%	15	10%	12	9%
Natureza da Atividade	5	5%	8	6%	10	7%	10	7%	8	6%
Momento da Empresa	5	5%	7	5%	10	7%	11	7%	8	6%
Relatório em desenvolvimento	10	9%	7	5%	7	5%	6	4%	8	6%
Os custos para relatar/ não tem estrutura operacional	3	3%	5	4%	6	4%	9	6%	6	4%
Não possui relatório de sustentabilidade, no entanto divulga as ações socioambientais	6	6%	3	2%	4	3%	6	4%	5	4%
Seguindo a recomendação da BMFBovespa desenvolverá o relatório	3	3%	7	5%	5	3%	3	2%	5	3%
A empresa encontra-se em fase pré-operacional	3	3%	4	3%	2	1%	2	1%	3	2%
Afirma que divulga/emite o relatório	5	5%	2	1%	0	0%	0	0%	2	2%
Devido ao volume de atividade	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%	1	1%
Total de empresas	107	100%	136	100%	149	100%	151	100%	136	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos objetivos da tabela 2 é apresentar os fatores que dificultam a evidenciação das informações socioambientais segundo as companhias investigadas, através da análise da frequência em que ocorreram determinadas explicações. Permitindo assim, verificarmos

esclarecimentos apresentados pelas companhias e quais os percentuais de recorrência para cada explicação encontrada, para tanto foi realizado o agrupamento das respostas, que resultou em 12 (doze) tipos de explicação.

A explicação mais utilizada pelas companhias preocupou-se apenas em informar que: a companhia não divulga/não possui/ou não elabora relatório de sustentabilidade, conforme a tabela 2. Sendo esta justificativa utilizada por 30 (trinta) empresas em 2012; 50 (cinquenta) em 2013; e nos anos de 2014 e 2015 o número foi de 60 (sessenta) companhias que fizeram uso desta justificativa em cada ano.

Constata-se que o uso desta explicação não permite uma análise mais aprofundada sobre os fatores e/ou motivos que recaem sobre a não divulgação de informações socioambientais, esta justificativa apenas vem confirmar o fato de que estas empresas não publicam relatórios de sustentabilidade ou similar. Deste modo, pode-se inferir que esta justificativa não atende de forma integral o que dispõe o “Relate ou Explique” sobre o entendimento de que, se caso as empresas não façam a publicação do relatório de sustentabilidade ou similar, estas devem explicar por que não o fazem.

A segunda explicação mais recorrente apontou que as companhias estão em processo de avaliação das políticas internas/ processo de estruturação/ ou realizando estudos para emitir o relatório, esta justificativa alcançou os percentuais de 27% (vinte e sete) em 2012, 22% (vinte e dois) em 2013 e 19% (dezenove) em 2014 e 2015, sobre o total de empresas investigadas. Diferentemente das explicações apresentadas no parágrafo anterior, verifica-se que estas explicações permitem observar a existência de fatores, que de certa forma dificultam as empresas a elaborarem e evidenciarem as ações relacionadas às questões sociais e ambientais que envolvem suas atividades. É possível também, observar através dos percentuais obtidos, que o uso dessa explicação seguiu uma tendência decrescente nos anos em análise, enquanto que a primeira explicação mais recorrente apresentou evolução crescente, conforme pode ser observado através dos percentuais dispostos na tabela 2.

O terceiro motivo identificado com maior número de frequência, entre os anos investigados, relaciona que, devido à atividade desempenhada não é necessário relatar, ou que a atividade desempenhada pela companhia não gera impacto ou não há exigência legal para apresentar o relatório de sustentabilidade ou similar. Assim esta explicação foi utilizada por 7% (sete) das companhias em 2012, 9% (nove) em 2013 e 10% (dez) em 2014 e 2015. Segundo Rover et al. (2012) no Brasil, de acordo com as normas contábeis, a publicação de informações relativas ao meio ambiente não são obrigatórias. Contudo, existem recomendações para a divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários, a Norma e Procedimento de Auditoria nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 15.

A explicação que ocupa a quarta posição traz a justificativa de que o relatório está em desenvolvimento, este motivo foi declarado por 9% (nove) das companhias em 2012, 5% em 2013 e 2014 e por 4% em 2015.

Os demais motivos apresentados na tabela 1 como: a empresa encontra-se em fase pré-operacional; momento da empresa; não possui relatório de sustentabilidade, no entanto divulga as ações socioambientais; natureza da atividade e os custos para relatar ou não tem estrutura operacional foram utilizados com uma frequência que variou entre 2 (duas) a 11 (onze) companhias que fizeram uso destas explicações.

Verifica-se, que 5% das instituições em 2012 e 1% em 2013 utilizaram o espaço para explicar sem a devida necessidade, tendo em vista que estas instituições fizeram uso do espaço para afirmarem que divulgam ou emitem o relatório. Este lapso foi consertado nos anos posteriores, pois não foi detectada mais nenhuma explicação deste tipo em 2014 e 2015.

Do total das empresas analisadas, 3% em 2012, 5% em 2013, 3% em 2014 e 2% em 2015 utilizaram o espaço da explicação informando que, seguindo a recomendação da BMFBovespa desenvolverá o relatório.

Para responder a segunda parte do questionamento apresentado neste trabalho, que teve como propósito conhecer como se apresenta o quadro evolutivo das justificativas apresentadas pelas empresas, desde o primeiro ano de lançamento do relatório Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado até o ano de 2015. Para tanto elaborou-se a tabela 3 que apresenta o número de empresas que deixaram de apresentar apenas justificativas e passaram a publicar o relatório de sustentabilidade, após ter feito uso de algum tipo de explicação. A análise tem início em 2013, tendo em vista que 2012 foi o primeiro ano de publicação do Relato ou Explique.

Tabela 3 – Representação do número de empresas que apresentaram explicação e passaram a publicar relatório de sustentabilidade ou similar

Tipo de explicação apresentada em 2012	Nº de Empresas que fizeram uso da explicação e passaram a fazer relato de sustentabilidade		
	2013	2014	2015
Informa que: não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade	3	5	7
Está em processo de avaliação das políticas internas/ de estruturação/ ou realizando estudos para emitir o relatório	2	5	5
Relatório em desenvolvimento	7	7	8
Seguindo a recomendação da BMFBovespa desenvolverá o relatório	1	1	1
Afirma que divulga/emite o relatório	4	5	5

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme exposto na tabela 3, observa-se que apenas um pequeno número de companhias evoluiu, deixando de apresentar explicações e passando a elaborar o relato de sustentabilidade e fazer a posterior publicação. Ressalta-se que quando as companhias fizeram uso da explicação de que o relatório estava em desenvolvimento a tendência foi positiva, pois verifica-se que no ano 2013 foram sete empresas que deixaram de fazer uso de explicações e passaram a emitir o relatório, em 2014 o número se repetiu e em 2015 foram oito companhias passaram a publicar o relatório de sustentabilidade ou similar.

Um fato interessante e que mercê ser destacado é que mesmo algumas companhias fazendo uso da explicação de que não divulga/ não possui / ou não elabora relatório de sustentabilidade, verificou-se que algumas conseguiram fazer o relato nos anos que se seguiram, fato que pode ser observado através dos números demonstrados na tabela 3.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo conhecer as justificativas apresentadas pelas empresas pela não evidenciação e não publicação do relatório de sustentabilidade ou similar, e que participaram da iniciativa da BM&FBovespa, intitulada Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado. Diante dos dados coletados foi possível identificar quais fatores dificultam a elaboração de informações socioambientais por parte das empresas que

apenas faz uso da explicação. Tais fatores são: os custos para relatar, a falta de uma estrutura operacional e o volume de atividades desempenhadas pela empresa.

Verificou-se também que algumas empresas entendem que a atividade que desempenham, não geram impactos ambientais e outras alegam que, por não existir uma exigência legal não há necessidade em se apresentar relatório de sustentabilidade ou similar.

Um fato que merece destaque é que um número expressivo de empresas, com variações entre 30 (trinta) a 60 (sessenta), não permitiu maiores esclarecimentos sobre os motivos que dificultam a publicação dos relatórios de sustentabilidade ou similar. Assim, observa-se que ao utilizarem o espaço disponível para explicação respondendo que, não divulgam, não possuem ou não elaboram relatório de sustentabilidade, tem-se uma limitação informacional e assim, levando-se a compreender que estas companhias não corroboram através de seus esclarecimentos para um devido conhecimento sobre as problemáticas que envolvem o campo informacional e a evidenciação das questões socioambientais no contexto organizacional.

Ressalta-se, que diante dos sérios agravos que o meio ambiente vem sofrendo, desponta-se a importância de alinhar o desempenho e as estratégias corporativas com práticas voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais, buscando também alinhar contribuições mais efetivas para o alcance de uma maior transparência sobre as questões socioambientais que envolvem o dia a dia das empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, F. J. R. de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 105-125, 2007.
- AMARAL, S. P. *Estabelecimento de indicadores e modelo de relatório sustentabilidade ambiental, social e econômica: uma proposta para a indústria de petróleo brasileira*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://observatorioambiental.iff.edu.br/publicacoes/publicacoes-cientificas/spamaral.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- BOVESPA. *Sustentabilidade*. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 23 set 2015.
- CARVALHO, F. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais de empresas latino-americanas. *Pensar Contábil*, v. 9, n. 38, p. 1-13, 2007.
- CERVO, A.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CFC. Resolução CFC Nº 1.003/04 – NBC T15. Aprova a NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental. De 19 de agosto de 2004. *Diário Oficial da União*, 06 set. 2004.
- COSTA, R.; MARION, J. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 43, p. 20-33, 2007.
- ETHOS. *Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis*. 2015. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Indicadores_Ethos20141.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

- FERNANDES, S. M. Os efeitos do disclosure ambiental negativo involuntário: um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 17, p. 59-72, 2013.
- FERREIRA, A. C. S. *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed.. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAY, R.; BEBBINGTON, J. *Accounting for the environment*. 2 ed. London: Sage, 2001.
- GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. *Revista Universo Contábil*, v. 1, n. 3, p. 81-93, 2005.
- KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: como sistema de informações. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 12, n. 3, p. 71-92, 2001.
- LETTIERI, C. C. dos S. O papel público das empresas. In: RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2004. v. 3, p. 17-20.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MIRANDA, W. B.; MALAQUIAS, R. F. Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRS na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). *Revista Ambiente Contábil*, v. 5, n. 1, p. 93 – 111, 2013.
- MORAES, E. A. de; GONCALVES, R. de S.; NIYAMA, J. K. Ambiente regulatório e evidenciação social: uma análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 8, n. 2 p. 218 – 243, 2015.
- MURCIA, F. D. R.; SANTOS, A.; SALOTTI, B. M.; NASCIMENTO, A. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. *ConTexto*, v. 10, n. 17, p. 7-18, 2010.
- MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 9, p. 55-78, 2010.
- NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PASSOS, E. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2004.
- QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. G.; AMARAL, C. T.; QUINTANA, C. G. Gestão ambiental: produção científica divulgada em periódicos nacionais Qualis B1 a B4 – CAPES. *Revista de Administração e Inovação*, v. 11, n.2, p. 7-29, abr./jun. 2014.
- RIBEIRO, M. de S.; MARTINS, E. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização no desenvolvimento no envolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *Caderno de Estudos FIPECAFI*, n. 9, out. 1993.
- ROSA, F. S. et al. Gestão da indicadores de desempenho ambiental: framework teórico metodológico. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção 31, 2011, Belo Horizonte. Anais... Associação Brasileira de Engenharia de Produção. 2011. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_145_911_18532.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

I SIMPCONT

Recife, 19 e 20 de agosto de 2016.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, v. 47, n. 2, p. 217-230, 2012.

SOLOMON, J. F.; SOLOMON, A. Private social, ethical and environmental disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 4, p. 564-591, 2006.

SPAREMBERGUER, R. F. L.; SILVA, D. A. A relação homem, meio ambiente, desenvolvimento e o papel do direito ambiental. *Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara - Veredas do Direito*, v. 2, n. 4, 2005. Disponível em:

<<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23711/a-relacao-homem-meio-ambiente-desenvolvimento-e-o-papel-do-direito-ambiental>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração Pública RAP*, v. 40, n. 6, p. 1077-1096, 2006.